

As guerras dos anos 1860 e a recuperação econômica da Província da Bahia

The wars of the 1860s and the economic recovery of the province of Bahia

Marcos Guedes Vaz Sampaio*

Resumo: A economia da Província da Bahia enfrentou um período recessivo entre os anos de 1857 e 1860 em virtude de três fatores predominantes, a saber, a seca prolongada que se arrastou por quatro anos, a crise estadunidense de 1857, que disseminou seus efeitos danosos sobre o sistema internacional, e a política monetária do governo imperial que variou do pluriemissionismo para a centralização no Banco do Brasil culminando na crise de 1859-1860. Após a queda importante do desempenho econômico doméstico, a balança comercial revelou uma recuperação substancial após a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), prolongando esse momento auspicioso com o advento da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os conturbados anos beligerantes produziram efeitos positivos sobre as culturas locais, em destaque o açúcar, algodão e fumo, desvelando, com isso, a importante dependência de um fator exógeno para liderar o soerguimento interno, face a um mercado doméstico frágil, de baixa monetização, elevada concentração de renda e estrutura produtiva pouco diversificada.

Palavras-chave: guerras; recuperação econômica; Província da Bahia

Abstract: The economy of the Province of Bahia faced a recessive period between the years 1857 and 1860 due to three predominant factors, the prolonged drought that dragged on for four years, the US crisis of 1857, which spread its damaging effects on the international system and the monetary policy of the imperial government that ranged from pluriemissionism to centralization in the Bank of Brazil, culminating in the crisis of 1859-1860. After a significant decline in domestic economic performance, the trade balance showed a substantial recovery following the outbreak of the United States War of Independence (1861-1865), prolonging this auspicious moment with the advent of the Paraguayan War (1864-1870). The troubled belligerent years have had positive effects on local cultures, especially sugar, cotton and tobacco, revealing the important dependence of an exogenous factor to lead the internal burial in the face of a fragile domestic market of low monetarization, high concentration of income and little diversified productive structure.

* Doutor em História Econômica (USP) e economista (UFBA). Professor Associado do Instituto de Humanidades Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Keywords: war; economic recovery; Province of Bahia

Introdução

A década de 1850 começou com a abolição do tráfico de escravos por meio da promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Esse conhecido fato histórico proporcionou uma nova dinâmica ao conjunto da economia brasileira com a diversificação dos investimentos, traduzida em novos bancos, casas comerciais, expansão dos serviços urbanos, ferrovias, navegação a vapor e surgimento de fábricas, embora essas, ainda de maneira incipiente (PRADO JR., 1986). A Província da Bahia, inserida neste quadro mais amplo, também experimentou a diversificação e modernização em sua estrutura interna.

O período favorável, no entanto, sofreu um revés com a epidemia de cólera-morbo que atingiu a província no ano de 1855, retraindo fortemente as inversões e contabilizando um expressivo número de mortos. Os anos seguintes não foram de retomada do momento inicial da década que parecia abrir um horizonte auspicioso para a economia provincial. Uma seca de grandes proporções atingiu uma vasta região do território baiano afetando significativamente a produção de gêneros alimentícios (TAVARES, 2001, MATTOSO, 2004). O quadro se agravou com a eclosão da crise norte-americana de 1857, que alcançou o Brasil e, naturalmente, a Bahia, nos anos seguintes, prejudicando seu desempenho econômico no decurso dos anos de 1858 e 1859.

A instabilidade da política monetária nacional no período contribuiu para piorar o cenário. Fruto da disputa entre papelistas e metalistas, levou o país a mudar abruptamente de uma política temerária de expansão do meio circulante, defendida pelos papelistas, para uma retração profunda deste, estratégia defendida pelos metalistas. A mudança brusca provocou a crise nacional de 1860 que atingiu a economia baiana no momento em que se esperava uma retomada da normalidade após os anos difíceis do quadriênio anterior, contribuindo para agravar o cenário doméstico (MONT'ALEGRE, 1972, PELÁEZ, SUZIGAN, 1981, LIMA, 1986).

A recuperação, contudo, veio mais rápido do que se poderia imaginar com a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos no ano de 1861. O súbito retraimento da produção estadunidense no comércio internacional abriu espaço para que a produção baiana penetrasse em mercados explorados pelos comerciantes

norte-americanos, resultando num recrudescimento do desempenho econômico interno, permitindo à Província da Bahia sair dos anos de crise e experimentar um momento favorável novamente.

A eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), iniciada nos estertores da guerra intestina norte-americana, por sua vez, permitiu o prolongamento do momento auspicioso para o comércio exterior baiano e, conseqüentemente, para o seu desempenho econômico. O crescimento importante das exportações no período, favoreceu o recrudescimento da economia provincial, dinamizando o mercado doméstico. Os efeitos positivos para a economia baiana oriundos do período beligerante revelam a importante dependência que ela nutria de fatores exógenos. A estrutura econômica frágil, de baixa monetização, calcada no modelo primário-exportador, sobretudo açucareiro, que enfrentava uma situação adversa de declínio de sua participação nos mercados internacionais, devido à concorrência do açúcar antilhano e de beterraba e com pauta de exportações pouco diversificada, não conseguiria se recuperar de maneira tão rápida se não fosse por fatores exógenos que terminaram, indiretamente, por a beneficiar. A dinâmica interna condicionada a fatores exógenos reforça o caráter periférico de uma estrutura produtiva de base tibia e arcaica frente aos novos rumos do sistema internacional de expansão do capitalismo industrial nos países centrais.

O presente artigo, portanto, pretende analisar a recuperação econômica da Província da Bahia neste período de guerras. Para cumprir este objetivo, o texto está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte centra sua análise no período desfavorável que durou de 1857 a 1860 com o objetivo de situar o momento recessivo que a província atravessava. A segunda parte se debruça sobre as duas guerras que eclodiram nos anos 1860 e que tiveram desdobramentos importantes sobre a economia da Província da Bahia. A terceira parte, por fim, foca na análise da economia baiana na tumultuada década de 1860, de modo a evidenciar a melhoria do seu desempenho econômico em meio às turbulências provocadas pela Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e pela Guerra do Paraguai (1864-1870).

As crises econômicas dos anos 1850 na Província da Bahia

O início da segunda metade do século XIX começara promissor para a economia da Província da Bahia. Seguindo os passos do Brasil, que vivenciara uma importante expansão neste momento, resumida por Prado Jr. (1986, p. 192) na fundação de 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, dentre outras, a Bahia experimentou o aumento do seu setor bancário com 4 novos estabelecimentos, sendo um estrangeiro, o *London and Brazilian Bank*, 15 companhias no setor metalúrgico, cinco delas na década de 1850, 7 fábricas de tecidos, além de uma significativa diversificação em sua estrutura produtiva com o aparecimento de fábricas de vinagre, chapéus, sabão, gelo e carroças (TAVARES, 2001, MATTOS, 2011, PEDRÃO, SAMPAIO, 2002).

A fase favorável logo sofreu um importante revés com a epidemia de cólera-morbo no ano de 1855 que vitimou 25 mil pessoas, de acordo com Tavares (2001, p. 273). A recuperação econômica, que teve início no ano seguinte, durou pouco, pois em 1857, a província já começou a enfrentar uma seca de grandes proporções, que se prolongou por quatro anos com reflexos substanciais sobre a agricultura de subsistência e a pecuária. No decurso do ano de 1858, as economias brasileira e baiana sentiram os reflexos da crise internacional de 1857, que teve seu epicentro no mercado estadunidense, contribuindo para agravar o já conturbado cenário interno.

Segunda crise mundial do sistema capitalista (ROUBINI, MIHM, 2010), a crise de 1857 foi resultante da superprodução agrícola norte-americana no momento em que o mercado internacional se reequilibrava após o encerramento da Guerra da Criméia (1853-1856), ocasião em que a produção de grãos da Rússia, importante centro produtor mundial, sofrera forte retração, provocando a elevação dos preços mundiais e contribuindo para a euforia no setor agrícola dos Estados Unidos. O entusiasmo dos investidores estadunidenses também encontrava eco na expansão do segmento ferroviário, na marcha para o Oeste, com a conseqüente valorização de suas terras e, na expansão creditícia, amparada pelo governo após a descoberta de ouro na Califórnia no final dos anos 1840 (CALOMIRIS, SCHWEIKART, 1991; EVANS, 1969; KINDLEBERGER, ALIBER, 2013).

O otimismo dos agentes econômicos estadunidenses amplificou a especulação na Bolsa de Nova York para logo em seguida sofrer um importante arrefecimento com o retorno russo ao mercado internacional de grãos, após o fim da guerra. O

recrudescimento da oferta com a superprodução dos EUA e a reinserção russa produziram uma baixa substancial nos preços agrícolas afetando a rentabilidade e o dinamismo do setor nos Estados Unidos. Como a trama dos negócios estava intimamente relacionada, isto é, expansão creditícia, aumento dos investimentos em ferrovias, cenário externo favorável às inversões agrícolas, marcha para o Oeste e valorização das terras, a queda nas margens de lucro do setor primário com a ampliação da oferta russa de grãos se refletiu no desaquecimento da economia estadunidense, seguida por retração nos investimentos e a quebra de uma importante seguradora do Oeste, a *Ohio Life Insurance*. Foi o sinal para a corrida aos bancos e a disseminação do pânico (CALOMIRIS, SCHWEIKART, 1991).

A deflagração da crise estadunidense provocou uma retração importante de 11% no meio circulante do país, queda de 10,5% nas suas exportações e de 22% nas importações, elevação de 100% nos juros e falência de 1.415 casas bancárias (SAMPAIO, 2017, p. 907). Os efeitos deletérios da crise se disseminaram pelo sistema internacional afetando mercados centrais na segunda metade do século XIX, como Londres e Hamburgo, amplificando, em seguida, seu raio de ação, alcançando nações periféricas, como o Brasil. Um dos desdobramentos iniciais sobre a economia brasileira foi o aumento expressivo na remessa de cambiais para a praça londrina que, no ano de 1857, cresceu 76% em relação ao ano anterior. Na Província da Bahia este aumento foi um pouco menor, mas não menos significativo, situando-se em 52,6% a mais do que o exercício anterior (GUIMARÃES, 2013, p. 241-242).

As exportações brasileiras declinaram, aproximadamente, 16%, mesmo em um cenário de desvalorização cambial, resultando em uma perda substancial de receita (PELÁEZ, SUZIGAN, 1981, p. 100). Outro impacto negativo foi a escassez de moeda, fruto do pânico que se traduziu no crescimento expressivo no volume de saques no Banco do Brasil, implicando numa diminuição de 35% no estoque monetário do banco ao final do ano de 1857 (SAMPAIO, 2017, p. 910). Mont'alegre (1972, p. 147) revela que, somente no Rio de Janeiro, capital do Império, ocorreram 139 falências entre 1857 e 1858.

O quadro econômico nacional se agravou com o estouro de outra crise num espaço de tempo muito curto. Dessa vez, a origem foi interna, resultado da mudança brusca na política monetária, do perfil pluriemissionista, até então em vigor, para uma abordagem mais conservadora, de restrição e concentração da emissão de

moeda sob responsabilidade do Banco do Brasil. A política monetária vigente, baseada na pluralidade da faculdade emissora a alguns bancos, se amparava na experiência norte-americana e visava a estimular o desenvolvimento econômico nacional pela facilitação na emissão dos meios de pagamento, conferindo maior agilidade e liquidez ao sistema em um país de dimensões continentais. Os papelistas, como eram conhecidos os defensores do pluriemissionismo, advogavam em defesa desta política argumentando ser estratégico para o progresso do Brasil a facilitação do acesso ao papel-moeda, pela descentralização emissora, o que proporcionava um ambiente regional mais dinâmico, estimulando os investimentos e o consumo. Os metalistas, como eram conhecidos os defensores de uma política monetária mais centralizadora e restritiva, criticavam essa política, alertando para o risco inflacionário e a desvalorização cambial expressiva, prejudicando o ambiente de negócios no país (MONT’ALEGRE, 1972, PELÁEZ, SUZIGAN, 1981, LIMA, 1986).

A eclosão da crise de 1857 e seus rebatimentos sobre a economia brasileira, aqueceu o debate entre papelistas e metalistas sobre as causas da crise econômica. Defensores do pluriemissionismo, como Mauá, imputavam as responsabilidades ao cenário internacional adverso a partir da debacle do mercado estadunidense. Defensores de uma política monetária mais conservadora, por sua vez, acusavam a política pluriemissionista pelos efeitos deletérios da crise. Os efeitos perversos da crise levaram o governo imperial a apostar na tese metalista, trocando o comando do Ministério da Fazenda, saindo o liberal Souza Franco e assumindo o conservador, Salles Torres Homem. O novo ministro liderou uma mudança brusca na política monetária, da pluralidade de faculdade emissora bancária para a centralização sob responsabilidade do Banco do Brasil em 1860.

A nova política monetária, de perfil contracionista e restritivo, provocou uma retração significativa do meio circulante, contribuindo para o recrudescimento do período depressivo (MONT’ALEGRE, 1972; PELÁEZ, SUZIGAN, 1981; MATTOS, 2011). De acordo com o IBGE (1990, p. 528), o papel-moeda em circulação caiu de 95.100:000\$000 réis em 1857, para 80.700:000\$000 réis em 1861, o que representa uma redução de 15% no meio circulante. Somente no caso da Província da Bahia, a corrente de comércio que fora de 34.927:033\$000 réis no exercício de 1858-1859, declinou para 27.028:903\$000 réis no exercício de 1859-1860, registrando uma queda aproximada de 22,6% (BAHIA, 1978). As exportações baianas, declinaram de

13.419:612\$000 réis no ano de eclosão da crise de 1857, para 8.422:986\$000 no ano de implantação da nova política monetária contracionista, o que representa uma queda de 37% (BAHIA, 1978)!

Os efeitos depressivos substanciais da política monetária fortemente contracionista do gabinete conservador de Salles Torres Homem levaram a pressões sobre o governo, principalmente de figuras de destaque, como o Barão de Mauá. A intensificação das pressões, reforçada pela piora do quadro social e econômico em algumas províncias, como a da Bahia, resultaram em uma nova troca de comando no Ministério da Fazenda, com a entrada de Silva Ferraz. Sua proposta era menos rígida que a de Torres Homem, mas tampouco flertava com o pluriemissionismo anterior. Buscava-se retomar o crescimento econômico do país, mas preservando a estabilidade de preços (MONT'ALEGRE, 1972; PELÁEZ, SUZIGAN, 1981; MATTOS, 2011).

O quadro econômico da Província da Bahia não registrou melhora com a introdução de uma política monetária menos rígida. Se no exercício de 1859-1860, a corrente de comércio tinha sido de 27.028:903\$000 réis, no exercício de 1860-1861, foi verificada uma queda aproximada de 17%, com uma corrente de comércio de 22.530:526\$00 réis (BAHIA, 1978). Não se vislumbrava no horizonte de curto prazo uma forma de reverter o cenário econômico recessivo que se prolongava desde a crise norte-americana de 1857.

Outro episódio conturbado na história estadunidense, no entanto, veio socorrer a combalida economia baiana: a eclosão da Guerra Civil norte-americana, também conhecida como Guerra de Secessão, no ano de 1861. Se o período recessivo da economia baiana fora inaugurado, dentre outros fatores, por uma crise econômica oriunda dos Estados Unidos, quatro anos depois, um outro evento, também de origem estadunidense, tinha início, dessa vez resultando em recuperação econômica para a Província da Bahia. A década de 1860 começava com uma guerra intestina nos Estados Unidos e terminaria com uma guerra de importância histórica para o Brasil, a Guerra do Paraguai, ambas com desdobramentos significativos sobre o desempenho da economia baiana.

Uma década de guerras (1861-1870)

A década de 1860 ficou marcada pela eclosão de duas guerras importantes para a história econômica e política mundial, a Guerra de Secessão (1861-1865), ocorrida em território norte-americano, e a Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito que uniu Brasil, Argentina e Uruguai contra a nação guarani. A primeira, uma guerra civil envolvendo os estados do Norte contra os estados separatistas do Sul. A segunda, fruto de disputas territoriais e o desejo expansionista paraguaio. Ambas, com suas idiossincrasias, contribuíram, indiretamente, para a melhora do desempenho econômico da Província da Bahia. Parte em razão da supressão de áreas produtivas concorrentes às mercadorias que a Bahia também produzia, permitindo aos produtos baianos penetrarem em mercados ora disputados por regiões que, naquele momento, se encontravam em conflito, outra parte em razão de medidas do governo imperial, em função da Guerra do Paraguai.

A guerra civil estadunidense se originou do perfil dicotômico da economia dos Estados Unidos na metade do século XIX, em que ao Norte se concentravam os estados que experimentavam um processo importante de industrialização, possuíam uma estrutura fundiária melhor distribuída, prevalecendo as pequenas e médias propriedades e predominância do trabalho assalariado. O Sul, por sua vez, concentrava os estados agrários, de modelo primário-exportador, predominantemente algodoeiros, com presença marcante dos latifúndios e do trabalho escravo (GRANT, 2014). O projeto de modernização da nação norte-americana passava pela supressão do trabalho escravo e pela disseminação da industrialização no país, porém enfrentava forte resistência dos estados sulistas.

As tensões envolvendo os estados do Norte, livres do trabalho escravo, e os estados do Sul, defensores da escravidão, se agudizaram com o aumento das pressões pelo fim da escravidão no decurso dos anos. Quando Washington se libertou da escravidão, os movimentos sulistas em defesa do trabalho escravo se intensificaram, ampliando as tensões que dividiam o país. A candidatura de Abraham Lincoln à presidência dos Estados Unidos contribuiu para inflamar o cenário, por que este defendeu que o país não poderia permanecer dividido, ou a escravidão seria abolida em todo o território nacional, ou então todo o país a adotaria. Em um discurso que se tornou célebre, chamado “a casa dividida” ele expôs seu argumento (DAVIDSON, 2016, p. 155-156):

Uma casa dividida contra si mesma não consegue se sustentar. Acredito que este governo não conseguirá subsistir permanentemente dividido entre uma metade *escrava* e uma metade *livre*. Não espero que a União se *dissolva* – não espero que a casa *caia*. O que espero é que deixe de ser dividida. Ela se tornará uma, *toda* de uma maneira ou *toda* de outra maneira. Ou os *opositores* da escravidão deterão seu avanço e a deixarão onde a opinião pública determinar, na crença de que ela está em vias de extinção definitiva, ou seus *defensores* a levarão em frente, até que ela se torne igualmente legal em *todos* os Estados, tanto nos *antigos* quanto nos *novos* - tanto no *Norte* quanto no *Sul*.

A vitória de Abraham Lincoln nas eleições de 1860 levaram os estados sulistas, onde a escravidão estava mais arraigada, liderados pela Carolina do Sul, a se separarem da União, formando os Estados Confederados da América e elegendo Jefferson Davis como seu presidente. Em 1861, ataques sulistas a fortes nortistas obrigaram Lincoln a uma reação mais firme, enviando 75 mil soldados do Norte para conter as agressões do Sul. Começava a Guerra de Secessão, que durou até o ano de 1865 (DAVIDSON, 2016, p. 157-158).

Os efeitos de uma guerra prolongada foram exaurindo as forças do Sul que, com uma economia mais atrasada e, portanto, com menor capacidade de acumular excedentes e formar um exército forte, foi sendo derrotada seguidamente pelas tropas do Norte. Uma decisão econômica equivocada contribuiu para agravar o quadro sulista, ao tempo que ajuda a explicar, por exemplo, a melhoria considerável das exportações de algodão da Província da Bahia: a de suspender as exportações de algodão para a Inglaterra, acreditando que esta decisão forçaria os ingleses a entrarem no conflito ao lado dos confederados. A Grã-Bretanha, entretanto, tinha estoque de algodão para mantê-la por um ano sem precisar de novas aquisições, além do fato de que seria um empreendimento bastante desgastante para os britânicos intervir num conflito doméstico estadunidense apoiando um dos lados (KARNAL, 2011, p. 133). Os números das exportações baianas no período evidenciam que o algodão local ajudou a suprir a retração das vendas norte-americanas, ainda que os ingleses tivessem um estoque significativo. Os confederados não levaram em

consideração que outros mercados produtores poderiam compensar sua ausência temporária no fornecimento do algodão.

Ao final de quatro anos de conflito, o Norte derrotou as forças do Sul, garantindo a manutenção das fronteiras norte-americanas e os vastos territórios sulistas como parte integrante do país. A abolição da escravidão foi um passo importante no projeto de modernização e transformação social e econômica dos Estados Unidos. Segundo Karnal (2011, p. 136), a guerra civil foi extremamente custosa e letal, acumulando mais de 600 mil mortos, número assustadoramente superior, por exemplo, à Guerra do Vietnã, que vitimou aproximadamente 58 mil estadunidenses. Allen (1968, p. 148) complementa, apontando um substancial quadro inflacionário, que somente no Norte, alcançou o montante de 100% ao longo dos quatro anos beligerantes, bem como de profunda devastação econômica e pobreza no Sul, palco principal dos conflitos armados. Com o fim da guerra, aos poucos a sociedade norte-americana foi se organizando e retomando sua produção, recuperando os mercados perdidos durante os anos belicosos.

Outra guerra igualmente importante, a Guerra do Paraguai (1864-1870), contribuiu para reforçar e consolidar o momento econômico favorável para a economia da Província da Bahia. Se por um lado, a província enviou, aproximadamente, 20.000 homens para a guerra, sobretudo oriundos da zona rural (MATTOS, 2011, p. 89), desfalcando em braços a lavoura baiana, por outro, o comércio exterior provincial se viu num momento substancialmente positivo. Os anos belicosos nas fronteiras cisplatinas foram de robusta vitalidade para as relações mercantis internacionais.

Alvo de controvérsia historiográfica, adentrar os detalhes da Guerra do Paraguai neste momento foge ao escopo desse artigo. Em resumo, a leitura predominante, amparada em Doratioto (2002) e em Yegros e Brezzo (2013), afirma que o conflito se originou da necessidade guarani em garantir um acesso livre ao mar pelo estuário do Rio da Prata. Intervenções do Brasil e da Argentina no Uruguai, apoiando os colorados contra o poder dos blancos contribuiu para aumentar as tensões com os paraguaios, sob o governo de Solano López que temia um controle maior do Brasil e da Argentina no Rio da Prata, prejudicando o comércio exportador guarani.

A interpretação paraguaia era de que o Brasil e a Argentina buscavam ampliar seu espaço territorial às expensas do Uruguai e do Paraguai. A invasão do Uruguai

pelo exército brasileiro com o intuito de colocar no poder os colorados, por sintonia de interesses, levou López a interpretar que a política expansionista brasileira havia sido posta em prática. Como retaliação, mandou uma canhoneira guarani aprisionar o navio brasileiro *Marquês de Olinda* que trafegava pelo rio Paraguai em novembro de 1864, o que resultou no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Às vésperas do Natal de 1864, López lançou uma ofensiva contra o Mato Grosso, dando início à guerra.

O Brasil obteve êxito na ascensão dos colorados ao poder no Uruguai e, em março de 1865, López declarou guerra à Argentina, por esta não permitir que seu exército atacasse o Rio Grande do Sul entrando por Corrientes, território pertencente à Argentina. Em primeiro de maio, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra as ofensivas do Paraguai. O conflito se prolongou até o ano de 1870, quando Solano López foi morto em um acampamento em terras guaranis (DORATIOTO, 2002, YEGROS, BREZZO, 2013). Segundo Mintegui (2017), morreram entre 15 e 20% da população paraguaia, algo em torno de 80 mil pessoas, sendo metade por doenças, fome ou maus tratos. Na Argentina, o número de mortos alcançou 18 mil, enquanto, no Brasil, este número chegou a cerca de 50 mil pessoas.

Como se não bastasse o expressivo contingente de mortos, a Guerra do Paraguai resultou em importantes prejuízos às finanças do Império. As grandes despesas e as emissões substanciais de papel-moeda comprometeram o orçamento brasileiro por um longo período, desestabilizando sua estrutura financeira e monetária. Segundo Peláez e Suzigan (1981, p. 114), foram feitas duas estimativas referentes ao custo monetário total da guerra: a primeira, elaborada pela comissão do Ministério da Fazenda, apontou um custo total de 460,718 mil contos de réis; a segunda, realizada pelo Tesouro, chegou à soma de 614 mil contos de réis. Ademais, o aumento expressivo no volume de papel-moeda durante a guerra provocou desvalorizações cambiais e inflação.

Os efeitos sobre a economia brasileira, entretanto, não foram de todo danosos. As desvalorizações cambiais, por exemplo, compensaram o aumento inflacionário, levando o Brasil a um longo período de superávits na balança comercial. No interstício da guerra se verificou um crescimento nos empreendimentos privados, fruto da amplificação creditícia. Pode-se afirmar, portanto, que apesar da elevação da

dívida, a economia brasileira experimentou um momento de vitalidade nos anos beligerantes. Nos dizeres de Mont'alegre (1972, p. 189-190):

De 1864 a 1870 – período que abrange a guerra contra o Paraguai – surgiram novas iniciativas em busca de capitais e, dentre outras, cinco bancos, seis companhias de navegação, seis empresas industriais, sete de seguros marítimos e terrestres, duas de colonização e introdução de imigrantes, cinco de carris urbanos, duas estradas de ferro. [...] No exercício de 1870-71, a dívida externa alcançou a 12,7 milhões de esterlinos e a interna fundada ia a 234.312 contos. A partir de 1866, porém, invertem-se os termos da balança comercial que, de tradicionalmente negativa, passou a proporcionar saldos positivos, numa série que somente seria interrompida em 1888.

O dinamismo que a economia brasileira experimentou nos tumultuados anos da Guerra do Paraguai teve rebatimentos importantes sobre as províncias. As desvalorizações cambiais estimularam as exportações. A multiplicação das emissões de papel-moeda, a despeito das consequências inflacionárias, aqueceu o mercado doméstico, dinamizando estruturas comerciais, financeiras e produtivas outrora asfixiadas pela política monetária fortemente restritiva. Por fim, as lacunas no comércio internacional, oriundas da Guerra de Secessão contribuíram para a alavancagem da economia exportadora de algodão, por exemplo, no caso da Bahia, que também experimentou um aumento das exportações de açúcar e fumo. No próximo tópico, os impactos sobre a Província da Bahia serão analisados de maneira mais detida.

Em meio às guerras, a economia baiana se recupera

A economia baiana, que enfrentara uma década particularmente difícil nos anos 1850, dava sinais de que poderia voltar a respirar mais facilmente no começo dos anos 1860. O primeiro fator a contribuir nessa direção foi o fim do período prolongado de estiagem, reanimando o setor agrícola. A eclosão da Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos em 12 de abril de 1861, contudo, foi o fator

preponderante para o soergimento das atividades produtivas, comerciais e financeiras da Província da Bahia no começo da década.

Como se viu, a guerra civil atingiu de maneira substancial a estrutura produtiva e comercial da economia estadunidense, retirando-a, temporariamente, do comércio internacional, o que terminou por favorecer países e regiões produtoras de mercadorias concorrentes do mercado norte-americano. A economia baiana aproveitou este vácuo no comércio exterior para ampliar suas exportações de açúcar, fumo e, sobretudo, algodão, majorando preços e quantidade. Calmon (1925, p. 98) assim se referiu ao momento vivenciado pela Província da Bahia:

O facto da guerra americana augmentava os beneficios do esforço renascente entre nós. Desviando as energias do trabalho eficiente, talando os campos, e fundindo todas as forças do fanatismo do ódio entre irmãos, dava fôlego às nossas atividades amortecidas, animadas pelos adiantamentos de créditos para o desenvolvimento das lavouras, que, já agora, fazia a usura dos negociantes exportadores. Os altos preços do assucar, do algodão e do fumo pelas necessidades da nação em guerra intestina, e, sobretudo, pela ausência da concorrência desta, fizera com que a nossa exportação no anno de 1861, que, entretanto, não começara sob promissores auspícios, atingisse à Rs 16.791:000\$000, o duplo da do anno anterior, chegando a Rs 18.030:000\$000, no anno seguinte de 1862.

O ano de 1862 foi ainda mais próspero para o setor exportador baiano, uma vez que as vendas internacionais alcançaram 18.029:367\$000, o maior valor até então de toda a sua história (BAHIA, 1978c). Importante destacar que o câmbio não sofrera alterações significativas no período, verificando apenas uma leve apreciação, saindo de uma taxa implícita de 9\$390 réis em 1861, para 9\$125 réis em 1862 (IBGE, 1990, p. 568-569). De modo que, a melhoria no desempenho das exportações da Província da Bahia não estava relacionada apenas às desvalorizações cambiais, mais comuns no período em análise, mas sim à lacuna no mercado internacional gerada pela guerra civil norte-americana, reforçando a percepção da dependência da economia brasileira e baiana de mudanças no quadro internacional para auferir maiores ganhos no conjunto da estrutura produtiva, comercial e financeira interna. Um

exemplo que reforça essa interpretação é o otimismo do superintendente da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor que, em 1866, desejava expandir o número de viagens aos portos ao norte da província em função dos resultados comerciais melhores devido aos anos de guerra civil nos Estados Unidos:

[...] a rentabilidade da linha do sul era muito baixa, enquanto a linha do norte era próspera [...] O superintendente da companhia estava entusiasmado com os resultados da linha do norte, principalmente no trecho que ia até Aracaju, devido ao aumento da produção algodoeira, em consequência da Guerra de Secessão ocorrida nos Estados Unidos. (SAMPAIO, 2014, p. 209)

Esse momento auspicioso, no entanto, sofreu um revés temporário provocado pela Crise de 1864. Segundo Peláez e Suzigan (1981, p. 105), a ameaça de declínio nos preços de exportação e do volume do comércio exterior, assim como a baixa expectativa em relação à capacidade que a economia brasileira tinha de resistir a um choque externo mais forte com a política monetária mais restritiva que estava em vigor, contribuíram para a eclosão da crise de 1864, também conhecida como a Crise do Souto, em virtude da falência do estabelecimento de crédito Casa A. J. Alves Souto & Cia, firma com fortes ligações ao Banco do Brasil. Essa crise se desdobrou em um conjunto importante de falências de estabelecimentos de crédito, contaminando o ambiente econômico nacional, provocando uma debacle substancial e gerando uma queda importante no montante exportado pela Província da Bahia nos anos de 1863 e 1864. O ano de 1863, por exemplo, registrou o pior desempenho no segmento exportador para a década de 1860, declinando ao montante de 13.058:166\$000 réis (BAHIA, 1978c). No entanto, em 1865, as exportações já haviam se recuperado e acumulavam um novo recorde, chegando a 19.247:941\$000 réis (BAHIA, 1978c). Essa recuperação se explica por uma nova desvalorização cambial, elevando a taxa a 9\$959 réis (IBGE, 1990, p. 569) e à rápida reação do governo imperial que ampliou a autorização de emissão monetária concedida ao Banco do Brasil. A emissão de papel-moeda cresceu significativamente até o final da década, contribuindo para a recuperação das atividades econômicas, beneficiando, por seu turno, também, a Província da Bahia.

O comportamento oscilante do câmbio com tendência maior para a depreciação, naturalmente, tinha reflexos sobre o desempenho do setor exportador e, conseqüentemente, da balança comercial, contudo, o que torna este período emblemático é o comportamento das relações mercantis da província, que podem ser visualizados a partir dos movimentos na corrente de comércio, que soma os resultados das exportações e importações num determinado período de tempo. A média verificada na década de 1860 aumentou, aproximadamente, 27,6%¹ em relação à década de 1850, o que reforça a narrativa de recuperação da economia provincial no período beligerante, uma vez que, as desvalorizações cambiais prejudicam as importações, mas até mesmo essas experimentaram um crescimento no período em tela, corroborando a ideia de maior dinamismo econômico da economia baiana, como atesta a tabela abaixo.

1. Tabela comparativa das correntes de comércio da Província da Bahia nas décadas de 1850 e 1860

Exercícios	Corrente de comércio	Exercícios	Corrente de comércio
1850-1851	n.d.	1860-1861	22.530:526\$
1851-1852	21.763:550\$	1861-1862	34.176:101\$
1852-1853	24.899:974\$	1862-1863	35.166:909\$
1853-1854	24.169:958\$	1863-1864	29.161:138\$
1854-1855	24.475:904\$	1864-1865	30.977:160\$
1855-1856	26.484:192\$	1865-1866	36.846:882\$
1856-1857	38.159:745\$	1866-1867	34.080:530\$
1857-1858	33.099:142\$	1867-1868	40.424:732\$
1858-1859	34.927:033\$	1868-1869	45.103:493\$
1859-1860	27.028:903\$	1869-1870	39.549:999\$

Fonte: BAHIA, 1978c. Nota: n.d. (não disponível).

Debruçando-se apenas sobre as exportações da Província da Bahia, como pode ser visto na tabela 2, o desempenho na década de 1860 é significativamente maior que na década anterior. De uma média de 10.897:075\$000 réis, saltou para

¹ Chegou-se a este valor calculando a média simples das duas balizas cronológicas e utilizando o mesmo intervalo de anos, isto é, excluindo do cálculo da média para a década de 1860, o exercício de 1860-1861, em função da inexistência de dados para o período de 1850-1851. Se acrescentar o interstício de 1860-1861 e dividir sua soma por 10, ao invés de 9, chega-se a uma média um pouco menor, de 34.801:747\$, e, portanto, a um aumento percentual, igualmente menor, de 22,8%. No entanto, o comparativo fica prejudicado por não envolver a mesma quantidade de anos para as duas décadas em análise.

16.941:021\$000 réis, o que representa um acréscimo de 55,5% nas receitas de exportações. Este número revela o potencial de recuperação da atividade exportadora provincial em um contexto de guerras que abrangeram toda a década de 1860. Nesta tabela também é possível verificar a queda nas exportações baianas nos exercícios de 1863-1864 e 1864-1865 devido à Crise do Souto, mencionada anteriormente.

2. Tabela comparativa das receitas de exportação da Província da Bahia nas décadas de 1850 e 1860

Exercícios	Exportações	Exercícios	Exportações
1850-1851	9.854:407\$	1860-1861	8.422:986\$
1851-1852	8.660:997\$	1861-1862	16.791:101\$
1852-1853	10.656:745\$	1862-1863	18.029:367\$
1853-1854	10.431:105\$	1863-1864	13.058:166\$
1854-1855	11.782:834\$	1864-1865	14.083:922\$
1855-1856	12.860:282\$	1865-1866	19.247:941\$
1856-1857	17.863:374\$	1866-1867	16.202:328\$
1857-1858	13.419:612\$	1867-1868	22.264:583\$
1858-1859	15.465:592\$	1868-1869	21.547:032\$
1859-1860	10.822:944\$	1869-1870	19.762:786\$

Fonte: BAHIA, 1978c.

O comportamento das exportações baianas ao longo dos anos 1860 aponta para uma substancial dependência de fatores externos para uma recuperação da economia provincial. A fragilidade do mercado interno, de baixa monetização, elevada concentração de renda em torno da elite ligada, principalmente à atividade açucareira, mas também ao comércio exterior, de reduzido dinamismo pela incipiência de seu setor manufatureiro e de serviços, desvelavam o quadro de tibiaza da economia baiana. Esse cenário somente reforça a compreensão de que os ventos auspiciosos só poderiam vir das relações econômicas internacionais ou de políticas nacionais por meio de ações do Estado. A melhoria no desempenho exportador e as políticas do governo imperial resumiam as lufadas de esperança para o renascimento da atividade econômica na província após os depressivos anos 1850, em seu último quinquênio.

Se, por um lado, a guerra doméstica estadunidense deprimiu seu segmento exportador, favorecendo a produção baiana, sobretudo de algodão, que foi uma das beneficiadas por essa lacuna no mercado internacional, por outro, a guerra em terras

guaranis, que o sudeste, centro-oeste e sul do Brasil se envolveram mais diretamente, igualmente, favoreceram a Província da Bahia, por seu afastamento maior dos territórios envolvidos no conflito contra o Paraguai. O aumento importante na emissão de papel-moeda com o objetivo de aquecer a economia, mitigar os efeitos danosos da Crise do Souto, como visto, mas, também, de financiar os esforços de guerra, ajudaram no recrudescimento do dinamismo econômico provincial no período, bem como as desvalorizações cambiais, frequentes neste período.

A taxa de câmbio implícita, por exemplo, inicia a década de 1860, segundo o IBGE (1990, p. 568-569), ao valor de 9\$302 réis. Ao final da Guerra do Paraguai, em 1869-1870, esta taxa se encontrava depreciada, alcançando 12\$751 réis, o que representa uma desvalorização de, aproximadamente, 37,8% em relação ao início da década, auxiliando favoravelmente no comportamento das exportações. A autorização do governo imperial para a ampliação na emissão de papel-moeda por parte do Banco do Brasil e demais instituições emissoras, como o Banco da Bahia, igualmente, exerceu um papel fundamental para que a província experimentasse um momento econômico mais favorável.

De acordo com o IBGE (1990, p. 528), o volume de papel-moeda em poder do público era de 76,2 mil contos de réis em 1860 e o montante total emitido era de 86,2 mil contos de réis. Ao final da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, no ano de 1865, estes valores já estavam em 99,8 e 108,9 mil contos de réis, respectivamente, o que significava afirmar que o papel-moeda em poder do público crescera cerca de 31%, enquanto as emissões se elevaram 26,3%. Quando se depara com os números ao final da Guerra do Paraguai, em 1870, o crescimento foi ainda mais espantoso: a quantidade de papel-moeda em poder do público chegou a 184,8 mil contos de réis, enquanto as emissões atingiram 193,8 mil contos de réis. Isto representa um crescimento de 85,2% no montante de papel-moeda em poder do público e de 78% no total de emissões! Apesar de uma maior elevação dos preços na esteira da expansão monetária, o crescimento das exportações, bem como da corrente de comércio se justificam após a política expansionista do governo imperial. Não restam dúvidas de que as desvalorizações cambiais, o crescimento expressivo do meio circulante e a retração na oferta internacional de mercadorias produzidas por concorrentes da Província da Bahia contribuíram para o cenário de recrudescimento

nas relações econômicas internacionais experimentadas pela Província da Bahia no período em tela.

Os números da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor, por exemplo, que prestava o serviço de transporte de passageiros e mercadorias desde o sul da Bahia até a Província de Alagoas, atendendo às principais cidades costeiras dos litorais baiano, sergipano e alagoano, entre os anos de 1865 e 1869, ou seja, com a Guerra do Paraguai (1864-1870) em pleno curso, contribuem para reforçar a interpretação de melhoria do quadro econômico provincial no período em análise:

3. Tabela de receitas da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1865-1869)

Anos	Navegação Costeira	Navegação do Recôncavo	Total
1865	205:813\$675	128:988\$090	334:846\$765
1866	347:310\$292	141:833\$713	489:144\$005
1867	396:059\$615	153:179\$316	549:238\$931
1868	515:427\$587	169:716\$180	685:143\$767
1869	586:038\$262	189:856\$580	775:894\$842 ²

Fonte: SAMPAIO, 2014, p. 154. Tabela adaptada pelo autor.

Como pode ser observado, as receitas auferidas pela Companhia Bahiana com fretes de mercadorias e transporte de passageiros aumentou significativamente durante o transcurso da Guerra do Paraguai. Somente as receitas da navegação costeira cresceram em torno de 185% entre 1865 e 1869! A navegação interna, que ligava Salvador às principais cidades do Recôncavo baiano, aumentou suas receitas em 47,2%, aproximadamente. Não há dúvida de que são números expressivos, sobretudo num contexto de guerra. Estes números reforçam a interpretação de que a economia da Província da Bahia melhorou seu desempenho econômico, também, durante a guerra em terras guaranis, tornando a década de 1860 um momento favorável para a estrutura produtiva e comercial da província. Os anos 1870 cobrarão a fatura do expansionismo monetário desenfreado dos anos 1860, sobretudo com a elevação da dívida externa brasileira e o aumento inflacionário. O interstício

² Os valores para o ano de 1869 foram dobrados em função dos números originais encontrados em fontes primárias se referirem apenas ao primeiro semestre do referido ano. Apesar das imprecisões que possam existir por adotar essa estratégia, os números finais obtidos não diferem tanto da tendência de crescimento evidenciada nos períodos anteriores.

beligerante, no entanto, serviu para aliviar a asfixia econômica enfrentada em terras baianas.

A Província da Bahia reagiu ao momento econômico desfavorável experimentado na segunda metade dos anos 1850, graças a eventos externos ao seu mercado, como as duas guerras ocorridas no período e às ações do governo imperial, tanto pelas constantes desvalorizações cambiais, o que estimulou o setor exportador, quanto pela ampliação da base monetária nacional, por meio de uma política expansionista. Os ventos sopravam favoravelmente para a economia baiana na década de 1860, a partir de uma dinâmica exógena, revelando sua inserção e dependência, cada vez maior, do sistema capitalista internacional de matriz liberal inglesa.

Considerações finais

A economia baiana atravessou um período de recessão econômica na segunda metade dos anos 1850 em razão de fatores endógenos, como a estiagem prolongada e os efeitos deletérios da epidemia de cólera-morbo, combinados a fatores exógenos, tais como a Crise de 1857, que eclodiu no mercado estadunidense e teve rebatimentos significativos sobre o conjunto da economia mundial e a Crise de 1860, fruto da mudança na política monetária do governo imperial, inaugurando um período de maior restrição na emissão de papel-moeda. O advento da Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos contribuiu fortemente para o início da reversão desse cenário depressivo na economia provincial. A interrupção no fornecimento de algumas mercadorias importantes para o mercado europeu, em destaque o algodão, beneficiaram a produção baiana que aumentou suas exportações no período.

A Crise do Souto, em 1864, levou o governo imperial a adotar uma política monetária expansionista, ampliando a base monetária nacional, o que contribuiu para oxigenar o ambiente de negócios, asfixiado pela retração creditícia. As emissões de papel-moeda se mantiveram num patamar mais elevado durante todo o final da década de 1860, também, em virtude da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870). A necessidade de financiar o exército e manter o dinamismo da atividade econômica em um momento de maior instabilidade devido ao conflito com a nação guarani justificavam a permanência da política emissora mais flexível. Esse ambiente favoreceu a expansão da atividade econômica na Província da Bahia, comprovada

pela melhora importante no desempenho do setor exportador, bem como da corrente de comércio. Dados relativos às receitas com o transporte de mercadorias e passageiros pela Companhia Bahiana de Navegação a Vapor reforçam esse argumento. Ademais, as desvalorizações cambiais, igualmente, contribuíram para os números mais favoráveis da economia exportadora provincial.

A combinação desses efeitos levou a um aumento das exportações bem como das transações internacionais, estimulando a economia doméstica e permitindo sua recomposição e crescimento, após os anos turbulentos da segunda metade da década de 1850. A economia baiana demonstrava sua dependência de eventos externos para promover algum tipo de melhoria nos seus resultados econômicos. O modelo primário-exportador, de elevada concentração de renda, permanecia como principal motor do dinamismo econômico provincial reagindo positivamente ou não, de acordo com os eventos externos e seus desdobramentos. A década beligerante recuperava a economia da Província da Bahia, após uma década anterior de paz e recessão econômica. A Província da Bahia torna-se, assim, um exemplo clássico da inserção periférica e dependente da economia brasileira no contexto da expansão do sistema capitalista de matriz liberal inglesa no transcurso do oitocentos.

Referências

- ALLEN, H. C. **História dos Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. 5 ed., São Paulo: Contraponto, 2006.
- AZEVEDO, Thales de, LINS, E. Q. Vieira. **História do Banco da Bahia (1858-1958)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850-1889 – Atividades Produtivas**. Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978a.
- _____. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850-1889 – Atividades Não-Produtivas**. Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978b.
- _____. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850-1889 – Anexo Estatístico**. Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978c.

_____. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional: a Bahia no século XIX.** Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978d.

_____. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850-1889 – Agentes Econômicos na Bahia no Século XIX.** Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1979.

_____. **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850-1889 – Comércio.** Salvador: Fund. Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1980.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia (1808-1899).** Bahia, 1925.

CALOMIRIS, Charles W., SCHWEIKART, Larry. **The panic of 1857: origins, transmission, and containment.** *The Journal of Economic History.* Cambridge University Press, 1991. Disponível em: [\[http://apusths.pbworks.com/w/file/attach/82834207/Panic%20of%201857.pdf\]](http://apusths.pbworks.com/w/file/attach/82834207/Panic%20of%201857.pdf). Acesso em: 27 abr. 2015.

DAVIDSON, James West. **Uma breve história dos Estados Unidos.** Porto Alegre: L&PM, 2016.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: a nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EVANS, D. Morier. **The history of the comercial crisis, 1857-1858, and the stock Exchange panic of 1859.** (1859; reimpressão). Nova York: Augustus M. Kelley, 1969.

GRANT, Susan-Mary. **História concisa dos Estados Unidos da América.** São Paulo: EDIPRO, 2014.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil – séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.** 2 ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI.** 3 ed., São Paulo: Contexto, 2011.

KINDLEBERGER, Charlie, ALIBER, Robert. **Manias, pânico e crises – a história das catástrofes econômicas mundiais.** 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MATTOS, Waldemar. **Panorama econômico da Bahia (1808-1860).** 2 ed., Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011. (Col. Comércio Baiano Vol. 3)

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX – itinerário de uma historiadora.** Salvador: Corrupio, 2004.

MINTEGUI, Juan Carlos Parodi. **Causas e Consequências da Guerra de Tríplice Aliança**. 2017. 1-34 p. Monografia (Pós-graduação em História Militar)- UNISUL, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3011/Vers%C3%A3o%20final%20do%20TCC%20ap%C3%B3s%20defesa.docx.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 03 nov. 2018.

MONT'ALEGRE, Omer. **Capital & capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 243-254. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 03 nov. 2018.

NEESER, Hermann. **Subsídios para a história do comércio dos bancos na Bahia: 1694-1904**. Bahia, 1945.

PEDRÃO, Fernando, SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Formação de um setor metalúrgico na Província da Bahia Oitocentista: a presença britânica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: Universidade Salvador, ano IV, n. 7, dezembro de 2002.

PELÁEZ, Carlos Manuel, SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Col. Temas Brasileiros, 15).

PEREIRA, Fábio da Silva. **Fatores Econômicos na Guerra da Tríplice Aliança nos Anos de 1865 a 1876**. XXIV Simpósio Nacional de História, 1-16 p., 2007. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501879156_ARQUIVO_Artigo_Fatores_Economicos_Guerra_Triplice_Alianca_Aupuh_4_AGO_17.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Navegação a vapor na Bahia oitocentista (1839-1894)**. Salvador: EDUFBA, 2014.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10 ed., São Paulo: UNESP/Salvador: EDUFBA, 2001.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013. cap. 3 e 4, 73-132 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1072-historia-das-relacoes-internacionais-do-paraguai.pdf> Acesso em: 16 nov. 2018.

